



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Bruxelas, 11 de janeiro de 2016

Discurso proferido por Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do programa anual de trabalho de 2016
Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu

Bruxelas, 11 de janeiro de 2016

Em caso de eventuais diferenças, faz fé o discurso proferido.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 621 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

Exma. Senhora Presidente,

Senhores Deputados,

Muito obrigado por me terem convidado a apresentar o programa de trabalho de 2016 do Tribunal de Contas Europeu.

O ano de 2016 representará um grande desafio para a União Europeia e as suas instituições. A UE e os Estados-Membros enfrentam desafios cruciais de longo prazo e crises que continuam a decorrer, incluindo:

- reforçar a economia e o emprego;
- concretizar novos objetivos de desenvolvimento sustentável e climáticos; bem como
- gerir as migrações e combater o terrorismo.

Assim, é essencial que a UE utilize da melhor forma os limitados recursos à sua disposição, tanto legislativos como orçamentais. Por outras palavras, melhorar a definição de prioridades e o desempenho constituem agora questões fundamentais para a UE, em especial ao examinar a sua estratégia a longo prazo e o quadro financeiro plurianual.

O programa de trabalho de 2016 do Tribunal reflete esta realidade. Indica as auditorias que planeamos iniciar e os relatórios que pretendemos publicar em 2016. Mais uma vez, além de cumprirmos a obrigação de elaborar mais de 50 relatórios anuais, continuaremos a colocar uma forte ênfase na auditoria de resultados.

Naturalmente, não nos é possível auditar e elaborar relatórios sobre todos os assuntos. Assim, pretendemos concentrar os nossos trabalhos nos domínios em que consideramos poder conferir maior valor acrescentado. Para o efeito, identificamos prioridades de auditoria que orientam os nossos trabalhos ao longo de um período de dois a três anos.

Essas prioridades inspiram os temas dos nossos relatórios anuais, norteiam a seleção de novas tarefas para relatórios especiais e representam domínios em que procuramos desenvolver conhecimentos e experiências de auditoria a longo prazo.

Todos os anos atualizamos as nossas prioridades com base num exame dos desenvolvimentos da UE e no nosso entendimento das necessidades das partes interessadas. Para o programa de trabalho deste ano, beneficiámos do maior nível de cooperação de sempre com as comissões do Parlamento. Gostaria de agradecer por esse facto à Comissão do Controlo Orçamental e à Conferência dos Presidentes das Comissões.

Esperamos tornar esse diálogo interinstitucional uma característica permanente do processo de programação do nosso trabalho no futuro.

Na nossa opinião, essa cooperação constitui uma parte essencial dos nossos esforços para tornar as nossas realizações tão pertinentes e úteis quanto possível. Permite-nos definir as prioridades de auditoria, seleccionar os temas e determinar o âmbito das auditorias específicas, ajudando assim a evitar falsas expectativas.

Em outubro do ano passado, quando os Membros desta Comissão visitaram o Tribunal, apresentei uma perspetiva das nossas prioridades para 2016. Desta vez, gostaria de salientar algumas auditorias específicas relacionadas com essas prioridades em que pretendemos começar a trabalhar em 2016.

Como afirmei no início, reforçar a economia e criar empregos continua a ser uma prioridade fundamental da UE.

Nos últimos anos, demos prioridade à auditoria das medidas relativas ao emprego dos jovens. De facto, a apresentação do nosso relatório especial mais recente sobre este tema pela minha colega Iliana Ivanova constitui o próximo ponto da vossa ordem de trabalhos.

Em 2016, daremos atenção aos esforços no sentido de melhorar a economia através do reforço do **mercado interno**, incluindo iniciativas relacionadas com a agenda digital da Comissão.

Em especial, pretendemos dar início a auditorias sobre o apoio à mobilidade dos trabalhadores, as infraestruturas de banda larga de alta velocidade, as redes rodoviárias e ferroviárias, bem como sobre iniciativas para eliminar os obstáculos ao mercado único e melhorar a regulamentação dos serviços financeiros.

A economia europeia apenas conseguirá evoluir e crescer numa atmosfera de boa **governança financeira e económica**. Esta continuará também a ser uma prioridade de auditoria.

Em 2016, o Tribunal pretende elaborar relatórios sobre a assistência financeira aos Estados-Membros, o procedimento relativo ao défice excessivo e a supervisão das agências de notação de risco da UE, com base em auditorias iniciadas no ano passado.

Além disso, o Tribunal prevê ainda auditar pela primeira vez os dois novos mecanismos instituídos, o Mecanismo Único de Supervisão e o Mecanismo Único de Resolução, bem como começar a trabalhar na avaliação dos primeiros cinco anos de funcionamento do Semestre Europeu.

A política energética continua a constituir uma prioridade. Em 2015, publicámos um relatório especial sobre o mercado interno da energia e a segurança do aprovisionamento energético. Em 2016, a prioridade será a **Energia e o Clima**, um tema sobre o qual pretendemos realizar um exame panorâmico.

A concretização dos objetivos climáticos tem igualmente implicações importantes em muitos domínios de intervenção tradicionais em que a UE despende os seus fundos. Em 2016, pretendemos elaborar relatórios sobre o compromisso global de executar 20% do orçamento da União em atividades relacionadas com a ação climática, bem como analisar especificamente a política de biocombustíveis, as práticas agrícolas e a ajuda às energias renováveis em zonas rurais.

Para além do exposto, temos uma nova importante prioridade de auditoria para 2016: **Asilo, Migração e Segurança**.

Como é do conhecimento desta Comissão, temos em curso uma auditoria sobre as despesas de migração nos países da Vizinhança Oriental e do Mediterrâneo Meridional. As observações preliminares estão atualmente a ser submetidas ao procedimento contraditório e, tendo em conta o atual elevado nível de interesse desta Comissão no tema, serão finalizadas logo que possível.

Desde que iniciámos a auditoria em 2014, a UE recebeu um número sem precedentes de refugiados, muitos deles procurando asilo. A UE e os Estados-Membros tomaram medidas para dar resposta a esta crise e estão outras planeadas para este ano.

Por conseguinte, o Tribunal prevê dar início a uma nova auditoria ainda este ano especificamente sobre a resposta da Comissão Europeia à crise dos refugiados, com base nos conhecimentos que adquirimos sobre a política da UE neste domínio durante a auditoria sobre a migração.

Em 2016, pretendemos igualmente dar início a auditorias sobre os instrumentos de proteção contra o terrorismo, as medidas para prevenir o tráfico de seres humanos e a ajuda aos Estados que podem ser potenciais fontes de migrantes e requerentes de asilo, como a Tunísia e a República Centro-Africana.

Como nos anos anteriores, pretendemos começar a trabalhar em vários relatórios especiais sobre questões relacionadas com os principais instrumentos da UE para coordenar e executar as políticas, como a estratégia da UE, os principais programas de despesas e as agências e outros organismos.

Relativamente aos principais programas de despesas, pretendemos analisar a absorção dos fundos da UE, a seleção dos projetos e as correções financeiras no domínio da Coesão, bem como o regime de pagamento de base no domínio da Agricultura.

No que diz respeito às entidades da UE, pretendemos avaliar o desempenho da Agência de Execução para a Inovação e as Redes e as Iniciativas Tecnológicas Conjuntas de Investigação, bem como examinar o Tribunal de Justiça Europeu.

As prioridades do Tribunal refletir-se-ão igualmente nos trabalhos de auditoria subjacentes aos nossos relatórios anuais.

O próximo **relatório anual** sobre o orçamento da UE incluirá um novo capítulo sobre a rubrica Segurança e Cidadania do Quadro Financeiro Plurianual.

Continuaremos a destacar as questões do desempenho no relatório anual. No capítulo sobre a obtenção de resultados com o orçamento da UE, pretendemos informar sobre a revisão intercalar da Estratégia Europa 2020 realizada pela Comissão e a medida em que o Horizonte 2020 incide sobre os resultados e contribui para a concretização dos objetivos dessa estratégia.

Mais uma vez, informaremos também sobre questões ligadas ao desempenho decorrentes da auditoria das operações de despesas no âmbito da gestão partilhada, nos capítulos pertinentes do relatório.

Por último, acompanharemos igualmente os desenvolvimentos relativos à absorção dos fundos da UE e a utilização dos instrumentos financeiros que salientámos no ano passado, no capítulo sobre a gestão orçamental e financeira.

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Como afirma, com toda a razão, a Comissão Europeia no seu programa de trabalho de 2016, este não é o momento para deixar que tudo fique na mesma na UE. O Tribunal reconhece também que o mesmo se aplica a si próprio.

Até agora, mencionei as nossas prioridades de auditoria para 2016. Gostaria em seguida de dizer algumas palavras sobre as medidas que estamos a tomar no sentido de melhorar o nosso desempenho enquanto instituição.

Em 2016, teremos de gerir mudanças significativas na nossa instituição, à medida que avançamos com reformas no âmbito da nossa estratégia para 2013-2017.

No início de janeiro, entrou em vigor o nosso novo modelo organizacional baseado em tarefas. Cremos que nos permitirá gerir as nossas tarefas e recursos de uma forma mais simples e flexível durante os próximos anos.

Em especial, acredito que nos ajudará a adotar os relatórios especiais que iniciarmos em 2016 num prazo de 13 meses, em geral, como atualmente previsto no Regulamento Financeiro.

Apresentaremos mais pormenores sobre os progressos realizados na execução da nossa estratégia e sobre as recomendações da análise pelos pares e do Parlamento no nosso Relatório Anual de Atividades relativo a 2015.

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Atualmente, a nossa União enfrenta desafios especialmente difíceis. As instituições da UE necessitam de trabalhar em conjunto para resolver os enormes problemas com que se deparam, utilizando da melhor forma possível os seus poderes e recursos.

Em 2016, o Tribunal de Contas Europeu pretende contribuir para os nossos esforços coletivos nesse aspeto, executando o programa de trabalho que tive a honra de vos apresentar hoje.

Muito obrigado pela vossa atenção.